

.....

Patrimônio, espaço público e processos
em contradição: notas etnográficas
sobre a proposta de revitalização
do Cais Mauá em Porto Alegre-RS

José Luís Abalos Júnior

Em um dos meus primeiros contatos com coletivos de ativismo que se mobilizavam contra a proposta de requalificação do Cais Mauá, em Porto Alegre, conheci Jacqueline. Trata-se de uma ativista que tem uma trajetória histórica nos movimentos de luta pelo patrimônio na cidade. O fato de sermos colecionadores de imagens do antigo porto foi um amigável elemento que me deu acesso ao tema que viria a se tornar minha dissertação de mestrado. Naquele momento, fez-se presente o entendimento da ideia de restituição (Eckert; Rocha, 2014) como algo que está inserido do início ao fim no trabalho de campo, e não somente como a entrega de um resultado de uma pesquisa etnográfica.

Esse compartilhamento de “visualidades portuárias” teve como produto uma exposição com imagens do antigo porto, realizada em uma praça pública em frente ao Cais Mauá – uma ferramenta de sensibilização social para as transformações portuárias na orla de Porto Alegre.

Segundo a ideia do “reestabelecimento de uma relação dos habitantes da cidade com o porto” apontada pelo empreendimento responsável pela revitalização do Cais Mauá, quais são as contradições políticas presentes nesse processo de transformação urbana? Um acompanhamento de contradições políticas marcadas pelo conflito entre patrimônio e espaço público é o que proponho apresentar neste texto.

Meu foco estará mais na descrição empírica de momentos importantes que tive no meu trabalho de campo de mestrado¹ do que no estabelecimento de referencial teórico sobre o tema do patrimônio e do espaço público. Esta opção se dá pelo entendimento de que o relato de uma experiência etnográfica pode ser um aliado importante dos antropólogos no debate sobre o tema. Outro elemento no qual não me detenho aqui é a dimensão histórica dos conflitos territoriais na orla da cidade de Porto Alegre, especialmente aqueles que se referem a uma historiografia da memória política que envolve a espacialidade do Cais Mauá (Abalos Junior, 2017).

Tendo as mudanças paisagísticas na cidade como elementos de curiosidade na pesquisa etnográfica, optei pelos coletivos de ativismo urbano como sujeitos do meu interesse empírico. O objetivo deste trabalho é entender a questão da “qualificação urbana da área portuária” por meio de uma escuta atenta aos contrassensos. Deixando claro: em uma pesquisa etnográfica, atenção às incompatibilidades entre os modelos de cidade almejados pelos movimentos e pelos planejadores urbanos de um “novo porto”.

Primeiramente, abordo minha interlocução com profissionais da área do urbanismo que me levaram a pensar as relações entre antropologia e desenvolvimento urbano. Depois, apresento o projeto vigente de revitalização do Cais Mauá, tocando em seus principais pontos: a área dos armazéns, do Gasômetro onde é prevista a edificação de um

1 Uma versão mais completa deste texto, associada a uma dimensão teórica de patrimônio e espaço público, está presente na minha dissertação de mestrado em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS), orientada pela professora Cornelia Eckert, intitulada *Um porto em contradição: memória política, engajamento e revitalização urbana na proposta de requalificação do Cais Mauá em Porto Alegre-RS*.

shopping, e das docas onde está planejada a construção de três prédios. O trabalho de campo, as entrevistas e a pesquisa em jornais me deram acesso a discursos de contraposição presentes no cotidiano dos movimentos e nos trâmites burocráticos de debate do Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU). Através do questionamento “Porto Alegre é uma cidade resistente?” transcorro sobre como se encontrava, no início de 2017, o processo de revitalização da área portuária da capital gaúcha. Finalizo com algumas considerações sobre o papel do antropólogo na pesquisa a respeito de patrimônio na cidade em transformação.

Cais Mauá do Brasil: um projeto saindo dos papéis

A partir de 2010, o projeto atual de revitalização do Cais Mauá teve sua aprovação pelas principais instâncias do Estado. É o acompanhamento etnográfico em paralelo com os movimentos de ativismo urbano nos debates sobre o armazém, o shopping, os grandes prédios, o muro, as águas, a licitação, entre outros, que denomino de etnografia de processos políticos em contradição. A aposta em dar aos contrassensos um espaço nesta produção partiu do trabalho de campo, no sentido de que as incompatibilidades entre as ideias dos movimentos e do consórcio empreendedor eram relatadas por interlocutores constantemente.

Os movimentos e o estado não são blocos monolíticos. Há uma pluralidade explícita de atores, cenários e redes de influência político-partidária. Um dos elementos do trabalho de campo foi o de dar-se conta das pluralidades, apesar dos fortes alinhamentos entre estado e empreendimento. Quanto aos movimentos,² há uma diversidade geracional e de contato com as novas tecnologias. Além de diferenças nas ferramentas utilizadas,

² Em um contexto de efervescência política na qual o caso da revitalização do Cais Mauá se tornou uma pauta dos movimentos sociais em Porto Alegre, articularam-se e assumiram-se como movimentos os coletivos o Cais Mauá de Todos e o #OcupaCaisMauá. Com diferenças significativas, estes grupos não deixam de ter um nível de cooperação. Acompanhei etnograficamente estes grupos buscando entender sua formação, a trajetória dos sujeitos participantes etc.

como produção de eventos e ocupações, o fato de ter o agente do estado como colaborador e auxiliar na luta dos movimentos surge como um grande contrassenso interno dos grupos mobilizados. Quanto ao estado, é mais difícil perceber suas multiplicidades no que diz respeito ao projeto do Cais Mauá. No acampamento da “Frente Parlamentar em prol do Cais Mauá”³ foi uma das poucas vezes em que foi percebida essa diversidade de atores e posições entre agentes do estado. A cooperação entre os agentes do estado e os do empreendimento é enorme e só o trabalho de campo permitiu perceber as minúcias dessas contradições internas do estado no momento de projetar o espaço do porto.

Em visita ao Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)⁴ em junho de 2016, dei-me conta de um novo grupo de interlocutores que poderia me ajudar significativamente no entendimento sobre as transformações propostas para o Cais Mauá: os urbanistas. Essa aproximação se deu em virtude da realização de eventos no espaço do IAB que tiveram como tema os planejamentos urbanos para a região portuária. Entre os urbanistas constantemente presentes, conheci Tiago, Cristiano e Rafael. Foi com o último que consegui estabelecer um contato mais profícuo através de participação nos eventos e nas entrevistas.

Uma das primeiras diferenças importantes que aprendi com o Rafael foi a de “planos” e “projetos” que dizem respeito a distintas etapas

3 A Frente Parlamentar em prol do Cais Mauá surgiu em 2015 fomentada por alguns vereadores e deputados que apresentaram a proposta de construir um núcleo político, no âmbito da política partidária de estado, de apoio aos movimentos sociais que pautavam uma “revitalização mais humana” para o Cais Mauá.

4 O Instituto de Arquitetos do Brasil é uma organização que representa a categoria profissional dos arquitetos desde a década de 90. No decorrer das conversas com alguns urbanistas ativos na construção do IAB, pensei em como seria interessante realizar uma experiência de trabalho de campo mais significativa com os urbanistas. Talvez uma etnografia que levasse em conta a memória do trabalho deste importante profissional e as particularidades cotidianas de quem tem função de planejar o meio urbano.

de remodelação de um espaço urbano.⁵ Um bom projeto urbanístico é aquele que está inserido em um plano de políticas de desenvolvimento urbano maior. Assim, a crítica primeira e fundamental ao projeto de revitalização do Cais Mauá é o de que ele está descontextualizado em relação ao tipo de cidade existente no seu entorno.⁶ Não porque se despreze o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA/1999), que leva em consideração a área do centro histórico, mas porque a própria construção deste plano é questionada por muitos ativistas por causa das suas flexibilidades no que diz respeito à inserção da iniciativa privada na construção da cidade.

Esse debate concluiu que não houve uma licitação para plano urbanístico na área, somente para projetos de negócios. Um empreendimento que utiliza recursos única e exclusivamente da iniciativa privada em virtude da carência econômica do estado abre as portas do Cais Mauá para uma revitalização que se baseia no mercado e no lucro. Conforme esses urbanistas, há uma contradição no que diz respeito a tais planos: por que há cem anos, com a escassez tecnológica do início do século, se fizeram projetos em planos (como o de Melhoramentos⁷) e agora, com todo o arcabouço técnico e administrativo que Porto Alegre tem, não se faz? Segundo Rafael, isto se deve ao fato de que

- 5 A aproximação com os urbanistas ressoou positivamente no Núcleo de Antropologia Visual (NAVISUAL/PPGASUFRGS). Através do contato com a professora Jeniffer Cuty do Curso de Museologia/Depto. Ciências da Informação, elaboramos em conjunto uma proposta de curso de extensão em Antropologia e Planejamento Urbano e Regional. A atividade, que tem formato de ciclo de debates, está em andamento e prevê novas atividades em 2017.
- 6 Quando um projeto urbanístico ou um plano de negócios para a área do porto passa por tantas alterações como o de revitalização do Cais Mauá, podemos associar tais mudanças práticas de resistência, propostas pelos coletivos de ativismo, aos trâmites institucionais do estado de desalinhamento político. Neste ponto, ressaltamos as sucessivas transições de partidos na administração pública do estado do Rio Grande do Sul nas últimas décadas.
- 7 O Plano de Melhoramentos (1914) foi o primeiro plano urbanístico de Porto Alegre, e um dos pioneiros no Brasil. Construído em um cenário de política positivista e com inspiração hausmaniana, visava à higienização, ao saneamento, à mobilidade urbana, à criação de novas avenidas, ou seja, era a materialização em forma de projeto urbano do ideal positivista de cidade moderna.

O Cais Mauá de hoje não foi precedido de um plano urbanístico que pensasse essa concessão como algo relacionado com a cidade. Por exemplo, toda a questão de contrapartida de um empreendimento deste porte deveria ser pensada através de um plano preexistente, e isto precisaria constar inclusive do edital. Não se pode prescindir de um plano para projetos urbanos deste impacto.

No entendimento do urbanista, sempre haverá questionamentos quando o mercado, por causa de planos de negócios, é colocado na frente dos planos urbanísticos. O projeto urbano do atual empreendimento foi feito sem nenhuma participação da sociedade civil, sendo agilizado dentro de uma caixa preta e só alguns sujeitos envolvidos poderiam tomar as decisões urbanísticas para a área. Questionado sobre o PDDUA/1999 como um plano que orienta as práticas urbanísticas na cidade e inclui a área central, Rafael constata que

Há quem diga que Porto Alegre não tem plano. Mas a partir do plano diretor de 1999 (PDMDUA), que era um misto de planejamento estratégico e planejamento participativo, se entregou muito do planejamento ao mercado. A cidade perde a rigidez que o plano de 1979 tinha em razão do plano de ocupação do solo. E vira uma coisa que seja talvez um dos mais permissivos planos diretores das capitais.

Uma grande contradição questionada pelos movimentos é a abertura de um processo licitatório para a revitalização da área do Cais Mauá que inibiria a participação de outros concorrentes – processo diferenciado dos editais de concessão de áreas portuárias de revitalização como a de Buenos Aires.⁸ Um ponto importante do edital da licitação, segundo alguns interlocutores, era a necessidade da participação estrangeira. Teria que haver um arquiteto de nome internacional envolvido. O consórcio

8 Puerto Madero é uma área portuária construída na cidade Buenos Aires, na Argentina, que serve como referência para o empreendimento Cais Mauá do Brasil S/A. Podemos encontrar muitas similaridades e diferenças na concessão do território do porto entre as duas cidades.

vencedor apresentou o nome do renomado arquiteto e urbanista espanhol Fermín Vázquez.⁹ A sua proposta preliminar foi desenvolvida pela equipe do arquiteto Jaime Lerner, de um escritório local em Porto Alegre que agenciou e desenvolveu o projeto.

Nas palavras do urbanista Rafael, a grandiosidade do projeto, além de não levar em conta o tamanho da área, restringe a quantidade de atores que poderiam participar da proposta de revitalização. Considero esta entrevista importante por ter sido realizada em um momento no qual já havia sido desenvolvido trabalho de campo, com discernimento do que era realmente relevante para ser dialogado com o entrevistado. Os grandes projetos de negócios e a carência de planos urbanísticos que acompanham estas transformações foram as pautas dessa entrevista. Assim, a “operação urbana consorciada” surge como uma alternativa a este modelo de empreendimento.



Imagem 1: Outdoors da campanha do Cais Mauá já estavam nas ruas de Porto Alegre em 2011. Fonte: Gilberto Simon/Divulgação

9 Férmin Vázquez é um importante arquiteto espanhol responsável, entre outras obras, pelo projeto e a edificação denominada “La Mola”, um mescla de hotel e centro de conferências. Localiza-se no Parque Natural de Sant Llorenç del Munt i l’Obac, arredores de Terrassa, cidade da área metropolitana de Barcelona.

Primeiro, é um termo forte, mas é um termo que arquiteto usa: é um frango no pires. Isso é a viabilidade, a margem de lucro do empreendedor... é a grande questão para se garantirem esses atos construtivos. Isto porque se fez uma licitação e um projeto em uma área pequena. Mas não se pensou em fazer uma operação urbana consorciada, que é um instrumento do plano diretor que recriaria uma legislação específica para a relação público/privada visando a grandes projetos urbanos. Por que se entregou um grande projeto do cais para uma concessão só? Há vários outros modelos de concessão que poderiam ser aplicados ali. Se o estado assume a responsabilidade de fazer um plano e um projeto e dizer “aqui vai ter um edifício”, “aqui vai ter um centro de eventos”, “aqui vai ter um escritório corporativo”..., aí ele abre um edital de concessão daquela área, por um determinado período, para construir esse prédio. Assim, estaria aberto para uma diversidade de atores e ampliaria a possibilidade de agentes envolvidos. Então, hoje o que nós temos é um pacote para ser entregue pronto. Assim, quando a gente fala do frango no pires quer dizer que é um projeto grande demais pro terreno. Otimizam-se e maximizam-se os lucros, e é isto que temos visto no processo: tudo que onerava demais o empreendedor foi retirado do projeto. E o Shopping, que era para ser um centrinho comercial, ficou metade do tamanho do Barra Shopping. E isso ali ao lado da Usina do Gasômetro (Entrevista realizada em 27/11/2016).

A “comissão para revitalização do Cais Mauá”, montada por agentes do estado desde de 2004, desempenhou um papel importante na regulação de uma licitação para a área portuária. Uma das suas primeiras ações foi a elaboração de um projeto de lei complementar (PL638) que visava mudar pontos do regime urbanístico da região. A ideia principal era de aumentar o “índice construtivo” da área do cais, prevista no plano diretor como área especial de interesse cultural com regime urbanístico

próprio.¹⁰ Este projeto de lei complementar foi enviado para a Câmara, tendo sido aprovado em 2010 para compor o edital de licitação. Sem demora, abriu-se um edital de concessão da área, vencido por um consórcio misto de empreendedores brasileiros e espanhóis que teriam que trilhar um caminho longo de aprovação de instrumentos, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA RIMA)¹¹ e o Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU),¹² que viriam a ser âmbitos etnográficos interessantes.¹³

10 A construção de grandes prédios no Cais Mauá necessitou de uma lei específica elaborada por um grupo de estudos, pois o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDEUA) não podia aprovar um projeto especial com torres acima de 52 metros.

11 O EIA é o Estudo de Impacto Ambiental. É o conjunto de estudos realizados por especialistas de diversas áreas, com dados técnicos detalhados sobre a construção de grandes empreendimentos. Os meios físico, biológico e socioeconômico são levados em conta na elaboração da análise de impactos ambientais. Já o RIMA é o Relatório de Impacto Ambiental. Ele refletirá as conclusões do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada para a sua compreensão. As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as vantagens e as desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação (Em: <http://www.matanativa.com.br/blog/o-que-e-eia-ri-ma-estudo-e-relatorio-de-impacto-ambiental/>).

12 O EVU é o Estudo de Viabilidade Urbanística, com base no Decreto Municipal de Porto Alegre 18886/14. Caracteriza-se por um estudo realizado em uma região específica, que busca analisar se determinado empreendimento imobiliário pode ou não ser executado. Ele tem como objetivo identificar o impacto que o empreendimento terá nos sistemas viário, habitacional e produtivo, assim como determinar quais as alterações que serão provocadas por ele.

13 O acompanhamento dos debates do EVU em 2016 se tornou etnograficamente rico. Isto porque foram raras as vezes em que os porta-vozes do empreendimento apareceram em público, mas nesses debates eles estiveram presentes. Então, quando falo em processos políticos em contradições, eu me refiro às idiossincrasias entre os movimentos e o estado no que se refere aos projetos para o Cais Mauá.

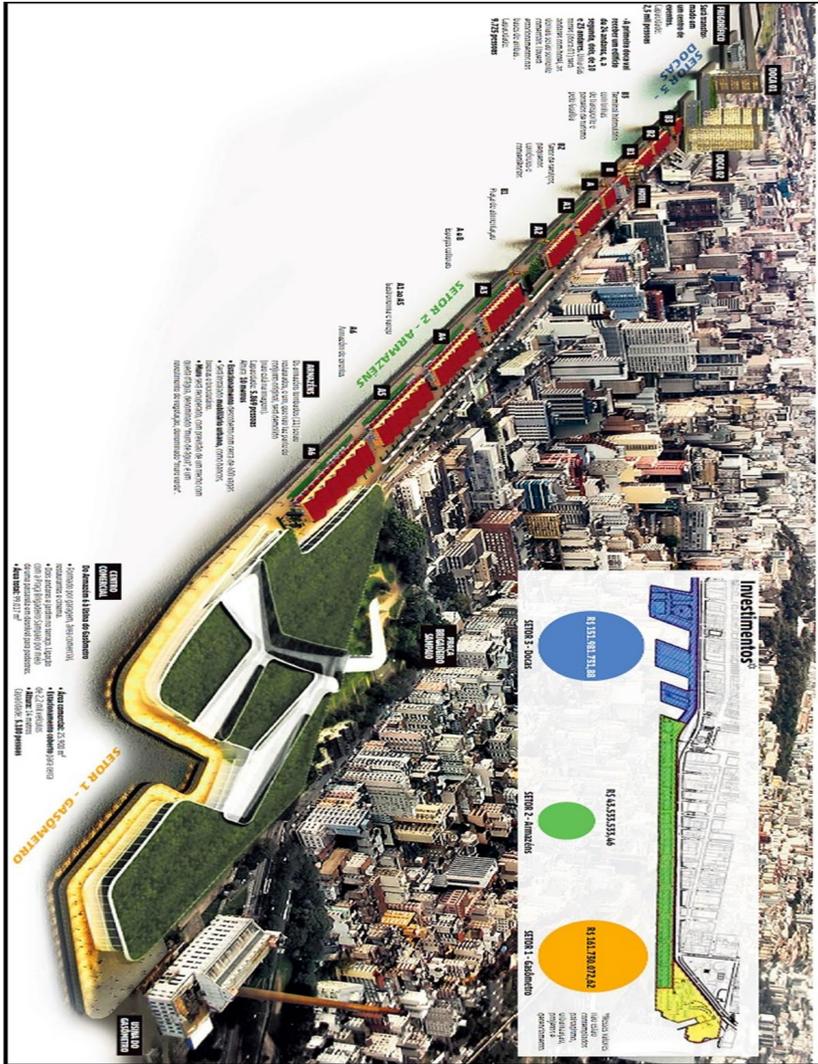


Imagem 2: O projeto do novo Cais Mauá. Fonte: Site Cais Mauá <http://vivacaismaua.com.br/>

Contextualizadas as dinâmicas e as contradições que envolveram o processo licitatório da atual proposta de revitalização do Cais Mauá, apre-

sentarei agora o projeto em si. Em outras oportunidades já escrevi como os projetos para construção, adequação e transformação do Cais Mauá são “tão históricos como suas resistências” (Abalos Junior, 2017). Logo, não cabe aqui trazer uma genealogia das intenções de transformações da área portuária porto-alegrense, mas sim abordar aquilo que talvez seja uma boa contribuição para uma antropologia que pense a relação entre patrimônio e espaços públicos: a etnografia de processos em contradição.

A área dos Armazéns: a revitalização e seus usos

Como podemos ver na imagem 2, o projeto está dividido em três partes, em que se inserem a revitalização dos armazéns, a construção de um shopping ao lado do gasômetro e de três prédios na área das docas em frente ao mercado público. A parte dos armazéns é a primeira que será operacionalizada; ela também é a mais barata e a que gera menores debates entre os movimentos.¹⁴ Não é questionável e há um consenso no sentido de que os armazéns sejam revitalizados. Discutível são seus possíveis usos e a ideia de “revitalização”. Segundo uma interlocutora, “estes projetos que envolveram o Cais Mauá desde a década de 90 colocam sempre as mesmas coisas, como shopping e estacionamento... é um combo, a mesma coisa do Barra Shopping e o que querem fazer na Rua da Praia”.¹⁵

Associando processos similares em áreas distintas da cidade, é interessante perceber que somente 10% do valor total do empreendi-

14 Percebi no processo etnográfico que não ocorrem divergências sobre o uso público do espaço do cais como espaço de lazer. A revitalização dos armazéns não é um ponto discutível. Seus usos sim. As razões de desacordo estão na construção de grandes empreendimentos de embelezamento estético urbano e na elitização dos usos dos espaços. Os movimentos, todavia, questionavam a política de segredo que cerca as informações públicas sobre os projetos, pois pouco se sabe sobre seu desenvolvimento. Eles exigiam maior transparência da apropriação pública do espaço do Cais Mauá, e de outros empreendimentos previstos para a orla porto-alegrense.

15 Essa fala foi retirada do diário de campo do dia 07 de julho de 2016 enquanto acompanhava o evento de rua “07/07/07”, organizado pelo coletivo Cais Mauá de Todos em prol da manutenção do armazém A7.

mento seriam destinados à revitalização dos armazéns.¹⁶ Os armazéns, presentes no espaço desde a inauguração em 1922, foram patrimonializados na década de 80. Nestes armazéns estão previstas as atividades culturais e de lazer projetadas pelo empreendimento através do que “consequiram conversando com pessoal do patrimônio histórico”, como disse a arquiteta responsável pelo projeto no debate sobre o Estudo de Viabilidade Urbanística em outubro de 2016. A lei complementar que admite a construção de prédios com mais 52 metros de altura em áreas de interesse cultural, aprovada pela Câmara de Vereadores em 2010, exigiu do empreendimento algumas contrapartidas, como espaço para a juventude e ciclovias. Todas essas ações estão previstas para a área dos armazéns e para as praças adjacentes a eles.

Uma das grandes críticas ao projeto é que a licença para restauro dos armazéns é de 2013 e “caducou”. Durante o processo de trabalho de campo percebi que os movimentos tinham nos prazos e nas datas de cumprimento dos contratos uma ferramenta de questionamento ao empreendimento. Segundo o consórcio, o que viabiliza financeiramente o restauro dos armazéns é a aprovação do EVU, pois é ali que se pode visualizar o impacto das torres e das obras viárias sobre o patrimônio. Mas, segundo me contou Rafael, a área dos armazéns poderia trazer recursos para o empreendimento sem necessariamente ser caracterizada como uma contrapartida do empreendimento para cidade:

Segundo a empresa, tu tens um armazém de fato para a cultura, mesmo assim com atividades que gerariam retorno financeiro. Então tu não tens muitas áreas ali que não deem retorno financeiro e que fujam dessa ideia de comércio. Há um pequeno centro de eventos que poderia ser muito destacado em relação a outros que Porto Alegre já tem. Se há um grande turismo para o qual a cidade tem vocação, é o turismo de negócios, e

16 Cais Mauá: projeto de restauro dos armazéns está pronto desde 2013. *Jornal Já*. (Em: <http://www.jornalja.com.br/cais-maua-projeto-de-restauro-dos-armazens-esta-pronto-desde-2013/>).

para este tipo de turismo necessita-se de um grande centro de eventos que Porto Alegre não tem.

É nesse contexto de debate sobre a revitalização dos armazéns e de seus usos que surge a contradição da salvaguarda do Armazém A7. A estrutura dos armazéns foi trazida da França no decorrer da década de 20, com exceção do A7, que foi concluído somente dez anos depois e, por isso, o seu não tombamento. Esta estrutura entra no cadastro de inventário de propriedades da prefeitura, que não está catalogado como “inventário estruturante”, e sim como “inventário de compatibilização”, podendo desta forma ser derrubado a qualquer momento.

Tendo em vista o projeto que prevê a demolição do Armazém A7 para a construção do shopping na área, o coletivo Cais Mauá de Todos articula-se desde a sua formação para, em diferentes níveis da burocracia do estado, tentar impedir a derrubada. Foram várias as ações e as tentativas de sensibilizações em face da sociedade civil. Jacqueline me contou que “a gente tentou condicionar a demolição do A7 à segunda fase, que é a construção do shopping. Este poderia ser um grande prejuízo, no sentido de derrubar um armazém para não fazer nada. Mas infelizmente nem isso nós conseguimos”. O consórcio garante que a não patrimonialização do armazém A7 pelo Iphan é o atestado de que a peça não tem o valor histórico e social que o movimento aponta. Em uma participação em evento no qual estive acompanhando o movimento na Assembleia Legislativa, as manifestações dos vereadores favoráveis ao empreendimento eram de que o “Cais vai continuar lá”, ou que “a mudança na paisagem não será significativa”, e ainda, “os retornos valerão a pena”.¹⁷

17 Nessa fase do trabalho de campo, senti a frustração de muitos ativistas que trabalham com patrimônio. Como poderia o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/RS) ser flexível às ações do empreendimento nos armazéns tombados? Como poderia o Iphan/RS não considerar o Armazém A7 patrimônio histórico? Algumas críticas por parte dos ativistas foram feitas a esta organização, que estaria alinhada com o consórcio de empresas responsável pelo empreendimento.

No projeto para esta área, segundo o site do empreendimento, encontram-se:

- Quatro históricos guindastes portuários serão restaurados e receberão iluminação especial.
- O antigo prédio do DEPREC, inaugurado em 1947 em estilo *art déco*, será restaurado, abrigará um hotel-conceito e terá suas características arquitetônicas da fachada preservadas.
- Os armazéns A e B, junto ao Pórtico Central, serão destinados à cultura e à arte popular.
- Entre os armazéns A1 e A5 vai ficar a área destinada a *design* e decoração, com espaços para lojas de móveis, utensílios, tapeçaria, galerias de arte, além de operações de gastronomia com vista para o Guaíba.
- O A6 é o armazém destinado a eventos, atendendo a uma demanda crescente na capital gaúcha, podendo receber casamentos, convenções de empresas, seminários, leilões, entre outros.
- O armazém B1 vai receber uma praça de alimentação, com espaços para operações de *fast-food* e refeição executiva.
- O B2 vai abrigar lojas de conveniências, pequenos comércios e serviços, como lotéricas, agências de turismo, *bonbonnière*, entre outras.
- No B3 funcionará um terminal hidroviário para receber embarcações de turismo e transporte.



Imagem 3: Projeto para área dos Armazéns no Cais Mauá. O espaço contará com restaurantes e áreas públicas. Fonte: site do consórcio Cais Mauá S/A.



Imagem 4: O projeto para as áreas dos Armazéns dos 11 guindastes existentes manterá quatro revitalizados. Fonte: site do consórcio Cais Mauá S/A.



Imagem 5: Momento da assinatura do contrato de concessão da área do Cais Mauá pela então governadora Yeda Crusius, em 2010. Fonte: *Jornal Já*



Imagem 6: Manifestação em prol do Armazém A7 organizada por artistas de rua na Rua Sepúlveda, em frente ao pórtico de entrada do Cais Mauá. Fonte: *Jornal Já*

Entre espigões, shoppings e plataformas: o setor Docas e Gasômetro

O que temos de quantidade de informações relacionadas à revitalização dos armazéns não se compara com os raros informes que dizem respeito à área do Gasômetro e das Docas. No dia da Assembleia Pública, chamada pelos responsáveis do empreendimento para apresentá-lo à comunidade, discutiu-se o Estudo de Impacto Ambiental (EIA RIMA). Um professor da universidade que faz parte dos movimentos me falou que a área do Gasômetro, além do projeto de destruição do A7, tinha como problemas a altura do shopping e sua área de acesso. Estes pontos foram modificados no projeto arquitetônico do complexo e revelados em apresentação do Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) ao Conselho do Plano Diretor da cidade.

Sobre o Shopping, uma das pautas solicitadas pelos movimentos e ouvidas pelos empreendedores é a redução da altura do prédio, colocando-o no mesmo patamar dos armazéns. Segundo um dos arquitetos do empreendimento, “depois de algumas conversas com as secretarias, alteramos o projeto, diminuindo a ocupação de lojas e liberando a vista”.¹⁸ Já sobre a questão do acesso ao “centro de compras”,¹⁹ originalmente estava previsto o rebaixamento da Avenida João Goulart no trecho, sobre a qual se estenderia uma grande esplanada verde. Porém esta plataforma ocuparia uma parte da Praça Brigadeiro Sampaio, ocasionando o corte de muitas árvores e a perda de um espaço de sociabilidade. Conforme membros do movimento Cais Mauá de Todos, “essa plataforma de acesso

18 Projeto do Cais Mauá sofre algumas mudanças na área do Gasômetro. Em: <http://www.jornalja.com.br/projeto-do-cais-maua-sofre-mudancas-na-area-do-gasometro/>

19 Chamar essa obra de “Shopping” ou “Centro de Compras” virou um ponto de debate em vários eventos que acompanhei. Em debate público, Jacqueline advertiu que essa denominação era só mais uma artimanha do empreendimento para conseguir maior aceitabilidade pela comunidade porto-alegrense. Segundo a ativista, a categoria “shopping” estaria em plena crise de uso e os empreendedores perceberam isso.

sumiu do projeto não por respeito ao ambiente, mas por falta de dinheiro do consórcio”. Porém um arquiteto representante do empreendimento respondeu que “a criação da passarela não foi retirada do projeto por nós. Foi decisão da Prefeitura, em razão de uma série de intervenções que serão feitas na avenida”.

Nota-se que ideia de “reestabelecer uma relação perdida da cidade com o rio” nas propostas da empresa que realiza o empreendimento passa pela construção de vias de acesso ao Cais Mauá sem necessariamente mexer no muro. O muro da Avenida Mauá, construído na década de 70, é um dos principais pontos de contradição. Além do pórtico principal e do shopping, outro acesso planejado era uma área que ficaria em frente ao conhecido “Camelódromo”, no centro da cidade. A proposta de criar uma passarela de pedestres ligando o novo projeto ao Camelódromo, sugerida pela Secretaria de Urbanismo como forma de integrá-lo melhor ao centro da cidade, também parou em virtude de impedimentos urbanísticos. De acordo com representantes do consórcio, “seria preciso elevar muito a passarela, mais até do que o próprio edifício do Camelódromo, em razão dos cabeamentos e do trem, que passam bem em frente”.²⁰

Em conversa com o ex-prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, o gestor público tocou nas questões de uma relação perdida da orla com o rio e de como as vias de acesso são importantes, mas fazem parte de uma política voltada para o uso de carros.²¹ No que se refere aos portões de entrada, as grandes divergências se ligam ao planejamento de prolongamento da Rua Ramiro Barcelos que, segundo Pont,

20 Projeto do Cais Mauá vive dias decisivos na semana da eleição. Em: <http://www.jornalja.com.br/projeto-do-cais-maua-vive-dias-decisivos-na-semana-da-eleicao/>

21 Essa entrevista foi realizada no dia 10 de novembro de 2016, na sede do Partido dos Trabalhadores, no bairro Santana. Ela faz parte de uma busca da minha parte de encontrar vozes dissonantes ao projeto que viessem de dentro do estado. O momento foi marcado por uma recente derrota de Raul Pont nas eleições para a Prefeitura de Porto Alegre, em 2017. Consegui acesso à sua agenda cheia em virtude de ele dizer que foi um dos primeiros gestores públicos a apontar irregularidades na licitação do Cais Mauá, em 2008.

Beneficiará mais o empreendimento do que a população da Capital, uma vez que será por esta via, rebaixada sob a Avenida da Legalidade, que entrarão os veículos na área das docas do Cais Mauá, onde serão erguidos os espigões com hotel e escritórios. Assim, o projeto de três prédios na região das docas é considerado, em conjunto com a área do shopping, o mais agressivo do “combo” que vem com a revitalização dos armazéns. Segundo reportagem no *Jornal Já*, em valores de 2015, só esta intervenção na Rua Ramiro Barcelos custaria ao empreendedor R\$ 24,3 milhões, o que significa metade do valor a ser gasto com a cada vez mais barata revitalização dos armazéns.

As torres projetadas terão 100, 90 e 52 metros de altura e se encontram próximas do antigo frigorífico e de uma praça histórica, que também serão revitalizados. Conforme informações no site do empreendimento, o setor de docas contará com torres comerciais com serviço de hotelaria e, além disso, oferecerá estacionamento com 2.036 vagas. A Praça Edgar Schneider, com 4,2 mil metros quadrados e uma escultura restaurada em pedras portuguesas, será a maior das dez praças do complexo, e o prédio do antigo Frigorífico do Porto, inaugurado em 1935, deve dar lugar a um centro de eventos, com convenções, atividades culturais, entre outras.

Nos momentos de debate sobre o EVU, os arquitetos do empreendimento foram questionados sobre a altura dos prédios a serem construídos nas docas e responderam que “as duas torres maiores que 52 metros são só um pouco mais altas que os edifícios da Mauá. Considerando a topografia da cidade, que se eleva, elas ficarão totalmente integradas na paisagem”. Para o urbanista Rafael, as manifestações contra a construção dos prédios giram em torno de uma divisão interessante entre uma cidade do lazer e outra do trabalho.

Pode-se imaginar duas cidades compartilhando a ambiência natural e a construída que caracterizam o território urbano: a cidade do lazer, da cultura, das caminhadas, da bicicleta e do transporte coletivo e a cidade do trabalho, dos negócios

e do automóvel. [Além disso], o projeto irá carregar significativamente o sistema viário com agravamento dos atuais congestionamentos.

Boa parte destas narrativas podemos ver sistematizadas no relato da interlocutora Katia, uma das principais ativistas do coletivo Cais Mauá de Todos, que articula a ideia de mobilidade urbana e zonas comerciais com o processo de revitalização do porto:

É que esse projeto do Cais Mauá tá restrito àquela área ali. Esse projeto tá de costas pra cidade, ele se fecha em si mesmo, ele é um projeto que não dialoga com o centro da cidade, onde o vetor econômico da cidade é o comércio de rua. Se colocarem um shopping naquela região do centro, será uma concorrência desleal que vai acabar com o comércio de lojas de rua. Sem falar que Porto Alegre já é a cidade com mais shoppings por habitante no Brasil, então, quanto mais shoppings menos o poder público investe na cidade. “não ande na rua, você deve fazer as coisas nos ambientes fechados do shopping, lazer, comércio, serviços”. A gente tinha essa visão do poder municipal há pouco tempo atrás, quando um vereador transformou o Largo Glênio Peres em estacionamento a partir das 19 horas. Ele falou que ia fazer isso defendendo a medida para levar gente mais qualificada para o centro da cidade. Dizendo isso, para ele, as pessoas que andam de ônibus não são qualificadas. Quem não anda de carro não é qualificado? E ele está governando para quem está dentro do carro. Uma cidade só para carros não é boa nem para os carros. Pois há o congestionamento. Isso está ligado à questão de insegurança na cidade, que está diretamente relacionada às áreas onde se caminha nas ruas e aquelas em que não se caminha (Entrevista realizada em abril de 2016).

Imagens do empreendimento, que visa à construção de um shopping e três grandes prédios, associadas àquelas produzidas pelos movimentos contrários à revitalização.



Imagem 07: Fonte: site do consórcio Cais Mauá S/A



Imagem 08: Fonte: Redes sociais do coletivo Cais Mauá de Todos

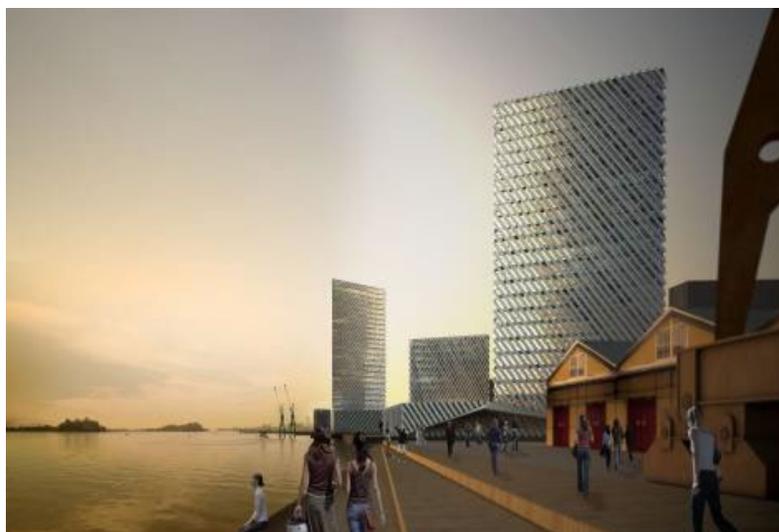


Imagem 09: Fonte: site do consórcio Cais Mauá S/A



Imagem 10: Fonte: site do consórcio Cais Mauá S/A



Imagem 11: Fonte: Redes sociais do coletivo Cais Mauá de Todos

Aprofundando contrassensos: o acompanhamento do Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU)

Muitas falas e vários debates que acompanhei e descrevo aqui fizeram parte da apresentação feita pelo consórcio do Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU). Trago as experiências de acompanhamento de algumas reuniões abertas ao público do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDEUA). Quando o projeto de revitalização do Cais Mauá chegou a esta instância da administração municipal, muitas reuniões aconteceram.²² Esses momentos se caracterizaram por serem

²² Fiquei sabendo dos debates sobre o EVU no CMDEUA da mesma forma como me inteirei da maioria dos trabalhos de campo que realizei: na mesma semana ou um dia antes. As atividades costumavam não ser muito divulgadas e só o contato direto com interlocutores, como Vanessa e Jacqueline, que me avisavam das datas, tornou possível a minha ida aos eventos.

tensos, havendo uma forte divisão entre coletivos favoráveis e contrários ao projeto. A participação neste nível da burocracia institucional da prefeitura foi importante para a percepção das particularidades do processo político que ocorrera. A ideia de que “Porto Alegre está perdendo a identidade”, sempre contraposta àquela de que “é necessário Porto Alegre se tornar uma cidade do novo século”, era o eixo central das contradições.

No dia 18 de outubro de 2016 participei de uma reunião aberta do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA) na Assembleia Legislativa de Porto Alegre. No lado esquerdo do plenário encontrava-se Daniel, um dos principais gestores deste conselho. Ele me falou que essa reunião não era costumeiramente aberta ao público, mas em razão da importância da pauta, decidi abrir para a participação da sociedade civil. Durante o evento ameaçou parar a atividade várias vezes, principalmente quando ocorria o que foi chamado de “grenalização ingênua”.²³ Muitos ativistas chegaram ao local. Algumas falas foram interessantes. Uma arquiteta do projeto, ao falar da construção do shopping, foi interrompida por um urbanista que gritou “isso não é um terreno”. Logo veio a resposta do outro lado da plateia, onde estavam os indivíduos favoráveis ao projeto, e se ouviu “sai pra lá, comunista”. De lá também surgiram manifestações como “privatiza, privatiza tudo” de um grupo de jovens identificado como “Banda Louca Liberal”. Ao som de vaias dos coletivos contrários ao empreendimento, um senhor de terno e gravata entrou em uma discussão tensa com alguns ativistas chamando-os do já clássico adjetivo “caranguejos”. Daniel, o mediador do debate, teve dificuldade de controlar os ânimos, mas o evento, aos trancos e barrancos, foi até o final da apresentação do EVU pelos arquitetos do empreendimento.

Ainda sobre a questão dos planos e dos projetos para a área do centro histórico de Porto Alegre, representantes do Instituto de Arquitetos do

²³ O termo “Grenalização”, associado à rivalidade clubista entre Grêmio e Internacional no futebol do Rio Grande do Sul, aqui foi usado no sentido de demonstrar uma relação de conflito entre duas partes envolvidas no debate sobre o processo de revitalização do Cais Mauá.

Brasil (IAB) alertaram para o fato de que o problema não é dos arquitetos que o projetaram e sim dos clientes gestores de negócios: “a gente aprende desde cedo em urbanismo que clientes ruins significam projetos ruins”, disse Tiago, que é presidente da entidade. Sendo assim, há um “vício de origem” neste projeto de revitalização que já nasce sem um plano urbanístico para a área e se apresenta unicamente como um projeto de negócios.

O empreendimento no Cais Mauá representava uma descaracterização da cidade, uma perda no que diz respeito à história e uma “falta de respeito fundamental à paisagem urbana”. Por outro lado, há uma demanda explícita na produção desses debates em que se questionam a dicotomia e a “grenalização” porto-alegrense entre favoráveis e contrários ao projeto. Nesse discurso entre preservacionistas e desenvolvimentistas é interessante perceber a ideia de que “todo projeto tem algo de bom e ruim: vamos tirar o que há de melhor”.

A participação das autoridades da prefeitura e do governo do estado nos eventos foi um reforço e um incentivo ao empreendimento. Após o debate final sobre o Estudo de Viabilidade Urbanística, quando foi aprovado, o então prefeito Jose Fortunati disse que

A partir de agora as pessoas podem acreditar que a revitalização do Cais Mauá vai sair do papel. A partir de agora temos um projeto, temos um estudo dos impactos ambientais e de viabilidade urbanística... estamos provando que com muita seriedade, ao trabalharmos em conjunto governo do estado, municipal e empreendedores privados, podemos qualificar a nossa cidade.

Mesmo contando com o aval das autoridades públicas, ainda houve muitas demandas para o cancelamento da licitação. De acordo com o ativista José, representante de uma organização ambientalista, há uma grande expectativa por parte da iniciativa privada de ganho de lucros em Porto Alegre. José, que teve um espaço para falar ao microfone no dia do debate do EVU, mandou um recado para o arquiteto projetista do empreendimento, Jaime Lerner: “Parem de trazer sonhos que não são os nossos”.

Representantes da prefeitura retrucaram afirmando que é por causa de ambientalistas e pessoas ligadas ao movimento de patrimônio que a cidade não se desenvolve. O adjetivo já conhecido de “caranguejos”, que bloqueiam o desenvolvimento urbano, é o mais apresentado pelos representantes do empreendimento. O vereador Valter Negelstein (PMDB) sempre aparece como um dos grandes apoiadores do projeto e faz campanha para que a população favorável ao progresso da cidade participe dessas atividades de debate. Para o vereador, trata-se da “execução de um dos projetos mais desejados pelos porto-alegrenses, pois, além de criar um amplo espaço de cultura e lazer, vai gerar 9 mil empregos diretos e indiretos”.



Imagem 12: Divulgação do vereador Valter Nagelstein convocando partidários do projeto para reunião pública. Fonte: Redes Sociais do vereador Valter Negelstein

O vereador, que fez esta divulgação, esteve presente no dia final do debate sobre o EVU. Após o término da sessão, procurei-o para conversar sobre as impressões dos debates do dia, porém o gestor público estava gravando um vídeo para postar em suas redes sociais. Acessei o conteúdo do vídeo que trazia a seguinte fala.²⁴

É preciso que Porto Alegre se desvencilhe destes ranços. Nós não podemos mais ser a nova Cuba do Sul. Não podemos mais ser a cidade que se dá ao luxo de abrir mão de investimentos, de emprego, de revitalização urbana, de geração de impostos que alimentam a máquina pública. Barcelona tem shopping dentro d'água que gera recursos e empregos e ninguém fala nada. Todo mundo reconhece Barcelona como um exemplo de urbanismo no mundo. Então, é a retomada de uma área urbana que está sendo sonogada ao porto-alegrense. Porto Alegre vai ser uma antes, outra depois da revitalização do cais.

Uma das manifestações interessantes contra o empreendimento partiu de Laura, uma conselheira do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA). Ela acompanhava o conselho há muitos anos e disse que sua briga sobre a revitalização do Cais Mauá sempre foi pelo porto. Inconformada com a paralização das atividades portuárias na região da Avenida Mauá, a conselheira afirmou que “Navegantes não é porto”²⁵ e que, com boa vontade e incentivo do estado, poderia se construir um “retroporto que reativaria a atividade portuária e o transporte aquaviário na cidade”.

Outra demanda apresentada pelos movimentos durante as reuniões do CMDEUA foi a da consulta pública semelhante à realizada no Pontal

24 Conteúdo em vídeo gravado pelo vereador Valter Nagelstein após resultado da votação no Conselho do Plano Diretor de Porto Alegre Porto Alegre, RS. Em: <https://www.youtube.com/watch?v=98HSDdXp5Ts>

25 Laura se referia ao porto de Navegantes, ativo desde 2005, quando o Cais Mauá encerrou suas atividades portuárias de grande escala.

do Estaleiro.²⁶ A vitória do voto “não” ao projeto de revitalização do Estaleiro Só e da orla sul surgiu como demanda dos movimentos contrários à revitalização do Cais Mauá. Porém havia uma certeza irrevogável dos representantes do empreendimento e do estado de que a população era favorável ao projeto, não se abrindo assim brecha política para a articulação de uma consulta pública. Segundo uma das autoridades governamentais, que acompanhou todo o processo licitatório, a consulta pública não é viável porque, “além de mobilizar um grande aparato burocrático e administrativo do estado, o projeto foi feito dentro dos princípios legais e validado pelo próprio Conselho do Plano Diretor, que lá no início do processo aprovou as diretrizes para o empreendedor”.

Para Vanessa, ativista do coletivo Cais Mauá de Todos que acompanhou de perto a consulta pública no caso do Pontal do Estaleiro, a necessidade desta nova consulta pública tinha como motivação tornar a população mais ativa no processo democrático e informar-se mais sobre as obras no porto. O debate reacendeu as questões envolvidas no processo de revitalização e construção de grandes obras no cais e na orla sul. Conforme Raul Pont, ex-prefeito de Porto Alegre,

Há semelhanças entre o tipo de negócio que foi planejado para o Pontal e para o Cais. O que há de semelhante é o poder econômico que quer se apropriar do local sem respeitar aquele espaço que é público. Essas áreas de beirada de rios, da marinha, têm uma conotação ambiental por si sós por causa das espécies e da legislação. E também a questão do espaço público, com dinheiro do Estado, para movimentar a econo-

²⁶ No ano de 2009, os habitantes de Porto Alegre foram convocados para uma consulta pública sobre a criação de grandes empreendimentos na área do Pontal do Estaleiro, zona sul da cidade. O acompanhamento desse processo foi realizado pela antropóloga Ana Paula Marcante Soares, que fez um estudo sobre a memória ambiental de Porto Alegre relacionando-a a aspectos da relação dos habitantes da cidade com o rio. Esse trabalho resultou na tese de doutorado *O território mito da orla: antropologia de conflitos territoriais urbanos e memórias ambientais em Porto Alegre*.

mia da região, e nós perdemos para outros portos. Perdemos milhões com isso, além de terem feito rotas destruindo a mata para construir a rota do sol. Mas esse porto que funcionava no Cais Mauá era bastante importante, só não tinha muito espaço para armazenamento. Com um pequeno investimento, o Cais poderia continuar sendo utilizado como porto.

Na visão do político, apesar da falta de estrutura aquaviária, a reutilização do porto como centro de atividades culturais com transporte de mercadorias e pessoas seria um investimento para a cidade que deseja receber mais turistas. O porto aqui não é visto de forma saudosista em relação a um passado distante no qual a cidade possuía uma identidade verdadeira, e sim como um espaço-mito que necessita de uma reformulação que leve em conta os interesses da comunidade. O ex-prefeito ainda afirma que

Atualmente querem alterar muito o plano urbanístico do cais, para ter um ganho infinitamente maior com shoppings. Então, apesar de POA ser a cidade de muitos movimentos, segundo o que a gente acompanha na Câmara, ambientalmente, todos os conselhos são dominados pelos projetos financiados pelo capital. Então, se eles quiserem colocar um prédio com espelhos, com cem andares lá, eles aprovam. E prédio não é um conceito de vida sustentável, pois precisa ter energia solar e muita coisa para manter esse adensamento populacional tão grande.

Na esteira dessas discussões, argumentou-se que esse espaço tinha “vocação para parque”. Quem levantava esta questão nos eventos organizados seja pelo estado, seja pelos movimentos era o professor de história da UFRGS, Francisco Marshall. Intelectual reconhecido no meio cultural da cidade e ativista, ele salientava que o espaço do porto poderia ser o cenário de “uma nova economia criativa contemporânea” e sugeria que fosse construído o “Parque Estadual no Cais Mauá”, com

respeito à paisagem e à biodiversidade, junto ao Parque Estadual do Delta do Jacuí, de frente para o cruzamento de rios.

Conversando com Marshall em um evento público, perguntei-lhe o que ele entendia por “nova economia criativa contemporânea” relacionada ao Cais Mauá. Ele me disse que ela se refere aos usos do espaço onde poderiam ser construídos armazéns abertos para empresas que prezam novas formas de trabalho, com respeito à paisagem e ao patrimônio histórico. Museus, bibliotecas e espaços públicos de convivência estariam em maior harmonia com o ambiente do que centros de compras e espigões. Porém, para o urbanista Rafael, um “Parque Cultural” seria mais condizente com as condições do espaço.

Quando a gente fala em um Parque Ambiental para o Cais Mauá, eu prefiro falar de um Parque Cultural, porque o que é ambiental nos traz à mente a arborização... praças antigas e novas, onde há mistura de espaços secos com vegetais, isso não é um parque ambiental. A não ser que tu amplies o significado de ambiental. Acho que há uma questão muito mais de impacto de uma ideia e uma resposta àquela crítica grosseira de “só sabem ser contra e não sabem propor nada.

Porto Alegre, cidade resistente? O futuro do cais é o agora

Após dez anos de trâmites administrativos, o ano de 2017 começa com duas grandes vitórias por parte do consórcio de empreendedores: a aprovação do EIA RIMA e do EVU. Os movimentos continuam a fazer resistência tanto nos espaços institucionais do estado, através de investigações nos ministérios e no Tribunal de Contas, quanto nos espaços públicos por intermédio de chamada de eventos e ocupação da rua nas proximidades do porto. Uma notícia boa para os movimentos foi que a primeira fase da revitalização seria o restauro dos armazéns, ação à qual os agentes políticos destes coletivos não são contrários.

O site do consórcio Cais Mauá lançou a seguinte nota no dia 01 de dezembro: “A expectativa da Cais Mauá é de que até meados de janeiro de 2017 os projetos arquitetônicos já estejam aprovados para que se possa solicitar a concessão da licença de instalação e começar a obra”. A nota apontava que faltam poucos trâmites burocráticos para dar início aos trabalhos, e acrescentava,

A tão esperada obra de revitalização do Cais Mauá, em um dos mais belos cartões-postais da Capital, está mais próxima de se tornar realidade. A Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), entregou no dia 17 de novembro a Licença Prévia (LP) para o empreendimento, o que atesta, além da sua concepção, a viabilidade ambiental.

Porto Alegre é uma cidade resistente? Este questionamento esteve presente em muitas atividades organizadas pelos coletivos que defendiam uma revitalização diferente daquela da proposta para o Cais Mauá. Fiz esta pergunta às pessoas que se mobiliaram, e surgiram algumas respostas interessantes. Para a ativista Katia, esta questão nos acompanha como cidade há muitos anos e há uma nova geração que briga pela não privatização dos espaços públicos.

Acho que sim, Porto Alegre é resistente. Não sei como é a trajetória de outras cidades para saber se ela é muito ou pouco. Mas ela tem um núcleo de resistência, que busca não aceitar episódios graves. Sem querer idealizar, Porto Alegre tem uma história de resistência. Se a gente for pensar, a cidade tem uma tradição, a coluna da legalidade, o primeiro movimento ambientalista foi criado aqui em Porto Alegre. Na década de 50, um grupo de empresários associados à política da época pretendeu construir vários conjuntos habitacionais de luxo no Parcão. Este espaço só é o que é graças ao movimento social que lutou pela permanência de mais áreas públicas na

cidade. Também tem o caso do Mercado Público na década de 70, que o prefeito elaborou a proposta de demolir para melhorar o trânsito. Um grupo de pessoas reagiu e conseguiu a manutenção do espaço. Importante lembrar que não se trata apenas de propostas de restauração do patrimônio edificado, mas de uma articulada ideia de intervenção urbana na forma de empreendimentos (Entrevista realizada em abril de 2016).

Muitas pessoas com as quais conversei durante o período de pesquisa falaram de atribuir tanto o valor à beleza do processo construído pelos movimentos quanto aos resultados que ainda podem vir a ocorrer. Para a ativista Jacqueline, não se trata de uma luta perdida, e sim de um processo de articulação política histórica que merece ter sua importância.²⁷ O atual alinhamento político dos poderes públicos em seus diferentes níveis é considerado uma das principais forças de ação para a transformação da paisagem urbana na orla na cidade. Segundo Rafael,

Como há um alinhamento tanto da administração pública do município eleita agora em 2016 quanto dos governos do estado e federal, as coisas se ajeitam tranquilamente. Há uma relação fluida entre a parte administrativa e política com esses alinhamentos. Até que ponto existe uma brecha legal capaz de anular todo o processo? Eu não acredito. Sobre os próximos passos tenho uma grande dúvida se o consórcio atual vai concluir essa obra ou vai passar adiante. A empresa que ganhou não tem capital e procura captações. Há boatos de que grandes empresas conhecidas podem comprar a proposta e tocar o projeto.

27 Eu e Jacqueline conversamos quando voltávamos do evento organizado pela vereadora Sofia Cavedon em prol da não derrubada do armazém A7. Nessa ocasião, ela me relatou que era muito difícil barrar o empreendimento, em razão do alinhamento político entre prefeitura, estado e empreendedores do consórcio. A ativista parecia já saber que o projeto de revitalização do Cais Mauá passaria em todas as instâncias do estado e, mesmo assim, alertou que ainda havia outras possibilidades nas quais os movimentos estavam trabalhando para impedir as grandes transformações na área.

Segundo a presidente do consórcio em nota divulgada no site do empreendimento, “os recursos para as obras estão apartados e tão logo tenhamos todas as licenças e a aprovação, iniciaremos as obras”. O ex-prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, projetava acabar sua administração com um ato simbólico no porto com a autorização definitiva para o início das obras. Trâmites burocráticos que giram em torno da averiguação das contas do consórcio são avaliados tanto pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) quanto pelo Ministério Público de Contas (MPC), em uma batalha administrativa que parece que levará mais tempo para ser resolvida, como indica a matéria do *Jornal Já*.²⁸

O procurador do MPC, Geraldo da Camino, já havia solicitado ao conselheiro a suspensão do licenciamento enquanto as dúvidas abertas pela inspeção não forem totalmente esclarecidas. O conselheiro, entretanto, discordou da opinião do procurador e rejeitou o pedido de suspensão, embora tenha intimado os gestores públicos envolvidos para que prestem esclarecimentos. Da Camino, então, recorreu da decisão, que deverá ser avaliada pelo pleno do TCE na próxima semana.

Enfrentamentos políticos como este mobilizam os ativistas que participam de eventos e tentam influenciar as decisões governamentais. O ano de 2016 terminou com a pretensa extinção da Secretaria de Portos e Hidrovias (SPH)²⁹ que historicamente administrou a área portuária e começou com a possibilidade de remodelação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre, que realiza as ações de licenciamento ambiental.³⁰

28 “Fortunati apressa-se a liberar obras no Cais Mauá antes do fim do seu mandato”. Em: <http://www.jornalja.com.br/fortunati-apressa-se-a-liberar-obras-no-cais-maua-antes-do-fim-do-seu-mandato/>

29 “O Náufrago da Navegação”. Em: <https://coletivocidadequequeremos.wordpress.com/2017/01/03/o-naufrago-da-navegacao-por-tau-golin/>

30 “Extinguir a SMAM é avançar quarenta anos atrás”. Em: <http://www.sul21.com.br/jornal/extinguir-a-smam-e-avancar-quarenta-anos-atras-por-gerson-almeida/>

Conclusão

Busquei focar nos dados empíricos da minha pesquisa de mestrado, produtos de uma experiência etnográfica, por entender que a etnografia pode ser uma ferramenta importante e uma boa contribuição da antropologia para o debate sobre patrimônio no espaço público. O campo do patrimônio é profícuo para a atuação do profissional em antropologia na esfera pública. As atuações políticas e os conflitos territoriais em jogo na revitalização do Cais Mauá vão além de sua experiência. Não se descolam de muitas outras presentes nos portos em níveis nacional e mundial. Várias dessas ações serviram de inspiração e de referência para diversos ativistas, e também para mim enquanto pesquisador.

Procurei demonstrar, no decorrer deste trabalho, que a ideia de que há o “reestabelecimento de uma relação dos habitantes da cidade com o porto”, através do projeto atual de revitalização do Cais Mauá, não é consensual. Ela aglutina inúmeras contradições políticas que procurei acompanhar, etnograficamente, através do contato com coletivos de ativismo urbano e em reuniões abertas em que os temas do patrimônio e do espaço público eram debatidos. Também, ao me dispor a dar conta de conviver com estes grupos, percebi como o consentimento da pesquisa etnográfica está atrelado ao alinhamento político.

O tema de que tratei aqui teve sua origem em um debate, segundo o qual o Cais Mauá emerge como um patrimônio, como um símbolo do início deste meio urbano que permanece no cotidiano da cidade moderna. Os sujeitos desses discursos, além de serem ativistas urbanos formados em diversas áreas do conhecimento, são representantes do poder público e produtores das políticas que modelam o meio urbano. Participando de algumas produções de eventos públicos organizados pelos coletivos que acompanhei, entendi que as ideias para um futuro espaço do porto não são consensuais, longe disso, remetem a um arsenal de atores, projetos e possibilidades que se tensionam no ato de planejar o meio urbano.

A área portuária é um campo fértil para a visibilidade tanto da complexa negociação de consensos políticos em Porto Alegre quanto da trama dos conflitos decorrentes entre atores públicos e privados. O projeto de requalificação urbana, entretanto, passa pela atuação hegemônica de um empresariado, em princípio preocupado também com questões sociais ligadas à cidadania, mas que em determinados momentos cruciais tem optado por apoiar intervenções urbanas que dialogam com interesses mais gerais de mercado. Essa relação entre cidadania e mercado constitui aqui um campo de tensões bastante problemático.

Enfim, o que é a cidade senão um palco de constantes transformações onde seus habitantes constroem a paisagem e o cenário constrói os atores? Nessa dialética do viver urbano, o ambiente biológico, econômico e socio-cultural do Cais Mauá é permanentemente reconstruído. A persistência de certos traços paisagísticos e a relação dos habitantes da cidade com o rio indicam a pluralidade existente entre o tempo e o espaço do porto.

O que este trabalho se propôs a apontar é que toda análise que indique uma concepção de cultura política homogênea no meio urbano é enganadora. O contato com interlocutores, como Jacqueline, Vanessa e Katia, entre outros, trouxe à tona a inquietude e o desacordo sobre questões usualmente vistas como consensuais pelas autoridades públicas. Durante a nossa formação como antropólogos somos levados a entender como a cultura pode ser pensada como um campo de disputas, e a minha experiência empírica de realização de trabalho de campo evidenciou para mim esse entendimento. Assim como a memória, que possui caráter de negociação mediante os “jogos” temporais cotidianos dos sujeitos, a cultura e a política aparecem como campos de tensão.

No ano de 2017, com o avanço e o licenciamento do projeto de revitalização do Cais Mauá, a cena atual é vista de forma plural pelos atores que realizam resistência a esse processo. Como disse Jacqueline, ao falar sobre o histórico dos movimentos de que participou, “tenho que confessar que poucas foram as vezes em que conseguimos algum ganho significativo”. A ativista coloca que o que se questiona nesse percurso é a possibilidade

de as políticas públicas que transformam o meio urbano assentarem o que é mais rico na área do Cais Mauá – a relação entre as pessoas, as sociabilidades e a abertura do espaço para a comunidade porto-alegrense.

A ideia de crise e cansaço nos coletivos de mobilização está ligada aos avanços desenfreados dos grandes projetos de especulação imobiliária, das progressões das políticas que geram a gentrificação e dos alinhamentos políticos cada vez maiores dos representantes de pautas conservadoras na cidade. O ano de 2016 ficou marcado na história da política brasileira, e a revitalização do Cais Mauá foi mais um elemento em disputa.

Neste cenário de perdas, novas iniciativas como a da criação da associação Ama Cais – da qual me inteirei enquanto escrevo – revigoram a presença do ativismo urbano na cidade. As ocupações nas escolas e na universidade também fazem parte desses modelos de resistências e surgem como ferramentas importantes dos atores sociais que buscam construir uma cidade “mais humana”. Os projetos de transformação e resistência em relação ao presente e ao futuro do Cais do Porto seguem em disputa. Cada geração construirá uma imagem ideal desse espaço, o que comprova o dinamismo da cidade e o impacto das transformações urbanas e culturais, advindas do passar do tempo e do contato com outras culturas.

A certeza da continuidade dos projetos de transformação e resistência é o que está presente ao final deste trabalho. São instigantes as formas de ação política nas grandes metrópoles. Torná-las o eixo principal para nossas reflexões faz também com que nós tenhamos que nos filiar ao devir e aos processos de transformação nos grupos aos quais nos apegamos.

Referências

ABALOS JUNIOR, J. L. *Um porto em contradição: memória política, engajamento e revitalização urbana na proposta de requalificação do Cais Mauá em Porto Alegre-RS*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

_____. Um porto em contradição: transformações urbanas, memória política e narrativas visuais no processo de revitalização do Cais Mauá em Porto Alegre-RS. *Revista Visagens*, v. 3, n° 1, p. 129-164, 2017.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. *Antropologia da e na cidade*. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

_____. *Etnografia da duração*. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

_____. A cidade e suas crises, o patrimônio pelo viés da memória: Por que e como preservar o passado? *Revista Habitus*, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, v. 4, n° 1, p. 455-470, jan./jun. 2006.

_____. Etnografia com imagens: práticas de restituição. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, v. 2, p. 11-43, 2014.

SOARES, Ana Paula Marcante. *O território mito da orla*. Antropologia de conflitos territoriais urbanos e memórias ambientais em Porto Alegre-RS. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.